



Marque a opção do tipo de trabalho que está inscrevendo:

Resumo

Relato de Caso

Pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile)

AUTOR PRINCIPAL: Natália Pasinato

CO-AUTORES:

ORIENTADOR: Adelar Heinsfeld

UNIVERSIDADE: Universidade de Passo Fundo

INTRODUÇÃO (755/1000)

O chamado Pacto do ABC foi uma tentativa de formar um bloco político regional entre Argentina, Brasil e Chile. Este pacto ficou conhecido também como Tratado de Cordial Inteligência Política entre estes países, que foi firmado em 1915, mas que não entrou em vigor por que não foi ratificado. O objetivo oficial deste tratado era a manutenção da paz no Cone Sul da América. No entanto, também se trabalha com a hipótese de que o Brasil tinha por interesse isolar a Argentina das nações sul-americanas e impedir que exercesse influência sob os demais países. Ou seja, era necessário impedir isto, para que mais tarde o Brasil viesse a conquistar esta supremacia. Neste trabalho pretendemos ver como a historiografia dos três países abordou o ABC.

DESENVOLVIMENTO: (2008/3000)

Em 1902, quando o Rio Branco assumiu o ministério das Relações Exteriores, entre seus objetivos estava buscar o prestígio no cenário internacional e proporcionar a projeção continental do Brasil. Neste contexto, em fevereiro de 1909 foi apresentado por Rio Branco uma proposta de um Pacto de Cordial Inteligência entre Argentina, Brasil e Chile, o pacto do ABC. Sendo que este projeto já teria começado a ser elaborado em 1907 no Chile. Somente em 1915 estes três países assinaram este tratado, quando no Brasil Lauro Muller respondia pelo ministério das Relações exteriores, substituindo o Barão do Rio Branco que havia falecido em 1912.

Desde o século XIX haviam condições viáveis para o estabelecimento deste acordo. E para alguns autores argentinos, a Argentina foi quem criou estas condições. Porém em 1907, quando esta proposta foi formulada, a diplomacia argentina a recebeu muito mal, só aceitando um acordo caso tirassem o Brasil da proposta.

Para Rio Branco este acordo era totalmente viável e necessário, pois além de estabelecer a paz entre os três países, contribuiria para impedir o surgimento de rebeliões nos países vizinhos. Na sua proposta elaborada em 1909, ficava claro o interesse em defender os “interesses vitais, a independência, a soberania ou a honra dos Estados contratantes.” Para conseguir isso, nenhum dos três países participantes do pacto poderiam em momento algum formalizar aliança com outro país fora do bloco.

Contudo, Rio Branco morre sem se ver o pacto se concretizar. Lauro Muller dá continuidade a estas negociações, e o acordo é assinado em 1915. A proposta do tratado é aprovada pelo Congresso Nacional tanto do Brasil quanto do Chile. No entanto a Câmara dos deputados da Argentina rejeitou a proposta, e assim ela acabou invalidada. É possível afirmar que enquanto Brasil e Chile buscavam construir uma coincidência de interesses no Cone Sul da América, a Argentina buscava desligar-se desses compromissos para evitar uma hegemonia regional por parte do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: (396/400)

A pesquisa está no seu início. Faz apenas quatro meses que assumi o projeto como bolsista. O que se pode perceber até aqui pelas leituras realizadas, que a historiografia de cada país, ao analisar o Pacto ABC, tem se pautado por uma perspectiva que podemos chamar de nacionalista, pois acaba fazendo uma abordagem a partir dos interesses do seu país na composição daquele bloco político regional.

REFERÊNCIAS: (616/750)

FERNÁNDEZ VALDÉS, Juan José. El Pacto del A.B.C. *Boletín de la Academia Chilena de la Historia*. Santiago, año XIX, nº 112, p. 67-96, 2005.

HEINSFELD, Adelar. Rio Branco e as Relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto do ABC (1915). *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 12, p 11-21, 2012.

MONZÓ, Julio. *El pacto pacifista del “A.B.C”*. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant,, 1915.

SOLVEIRA DE BÁEZ, Beatriz Rosario. El ABC como entidad política: un intento de aproximación entre la Argentina, Brasil y Chile a principios de siglo. *Ciclos*, Buenos Aires, año II, n° 2, p. 157-183, 1° sem. 1992.